

Termo de Outorga de Subvenção Econômica nº 04/2021.

Termo de Outorga de Subvenção Econômica que celebram entre si, o Conselho Federal de Biologia e o Conselho Regional de Biologia da 6ª Região – CRBio-06, nos termos da Resolução Nº 588, de 15 de abril de 2021.

O CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.720.532/0001-01, com sede no SBS Quadra 2, lote 3, Bloco Q, 6º andar – CEP: 70070-120 – Brasília - DF, neste ato representado pela Presidente Maria Eduarda Lacerda de Larrazábal da Silva, brasileira, residente e domiciliada na Rua do Cupim nº 239 – Aflitos, Recife/PE, CEP: 52011-070, portadora do CPF/MF nº 141.833.744-72, da Carteira de Identidade Profissional sob o nº CRBio 019194/05-D, portadora do RG sob o nº 1.365.677, SSP/PE, doravante denominado **CONCEDENTE**, e o Conselho Regional de Biologia da 6ª Região – CRBio-06, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.934.511/0001-20, com sede na Av. Ephigênio Salles, 2300, Salas 201/202-B, Comercial Boulevard Mundi, Aleixo – Manaus/AM, CEP: 69060-020, doravante denominado(a) **CONVENENTE**, representada pela Presidente, Yamile Benaion Alencar, brasileira, portadora do CPF/MF nº: 444.700.612-04, residente e domiciliada na Rua Manoel Mendes da Silva nº 777 – Japim – Manaus/AM, CEP: 69077-380.

RESOLVEM celebrar o presente Termo de Outorga de Concessão de Subvenção, Ata da XIV Reunião Extraordinária do Plenário do CRBio – 6ª Região, divulgado no Portal da Transparência em 16 de julho de 2021, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Resolução CFBio Nº 588/2021 de 15 de abril de 2021, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Outorga tem por objeto a compra de imóvel próprio para a criação de Delegacia do CRBio-06 na cidade de Belém/PA, modernização do parque computacional e compra de veículo para atividade fim, conforme projetos apresentados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Integram este instrumento, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- A Resolução Nº 588/2021 de 15 de abril de 2021, que institui e regulamenta o Termo de Outorga;
- Termo de Outorga e o Projeto propostos pelo CONVENENTE e aceitos pelo CONCEDENTE, bem como toda documentação

[Assinaturas manuscritas]

técnica que deles resultem, cujos termos os partícipes acatam integralmente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA

A eficácia do presente Termo de Outorga fica condicionada à aprovação pelo CONCEDENTE dos seguintes documentos a serem apresentados pelo CONVENENTE:

- I - solicitação formal aprovada pela diretoria;
- II - apresentação do projeto de aplicação do recurso;
- III - aprovação pelo seu plenário do projeto de aplicação do recurso;
- IV - relatório comparativo da receita orçada com a arrecadada até a data da solicitação;
- V - relatório comparativo da despesa fixada com a realizada até a data da solicitação;
- VI - Projetos técnicos de engenharia ou arquitetônico, com orçamento, se for o caso; e,
- VII – indicação de conta corrente, em instituição financeira pública federal, para movimentação dos recursos.

Parágrafo primeiro. Excepcionalmente, poderá a Diretoria do Conselho Federal de Biologia conceder a subvenção sem o envio de uma ou mais peças do pedido, mediante compromisso do respectivo Conselho Regional de prestação de contas e adequação da solicitação do pedido em prazo acordado entre as partes em prazo nunca superior à liberação da primeira parcela, sob a responsabilidade do presidente de cada Conselho Regional.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Sem prejuízo do constante nas demais Cláusulas deste Termo de Outorga, são obrigações dos partícipes:

I - DO CONCEDENTE:

- a) realizar os atos e os procedimentos relativos à formalização, alteração, execução, acompanhamento, análise da prestação de contas e, se for o caso, informações acerca de Tomada de Contas Especial;
- b) transferir ao CONVENENTE os recursos financeiros previstos para a execução deste Termo de Outorga, de acordo com o Projeto;
- c) acompanhar, avaliar e aferir, sistematicamente, a execução física e financeira do objeto deste Termo de Outorga, bem como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos, condicionando sua liberação ao cumprimento de metas previamente estabelecidas comunicando ao CONVENENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, com fixação do prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;
- d) analisar e, se for o caso, aceitar as propostas de alteração do Termo de Outorga e do seu Projeto.

[Assinaturas manuscritas]

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Termo de Outorga, neste ato fixados em R\$ 295.000,00 (Duzentos e Noventa e Cinco Mil Reais) serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante no Projeto, conforme a seguinte classificação orçamentária:

I - R\$ 295.000,00 (Duzentos e Noventa e Cinco Mil Reais), relativos ao presente exercício, correrão à conta da dotação alocada no orçamento do CONCEDENTE, fonte de Recursos Própria, Natureza da Despesa 6.1.3.5.01.01.001 Subvenções/Doações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos financeiros relativos ao repasse do CONCEDENTE e à contrapartida do CONVENENTE serão depositados e geridos na conta do Conselho Regional do CONVENENTE, exclusivamente em instituição financeira federal.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

O presente Termo de Outorga deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação aplicável.

Parágrafo primeiro. É vedado ao CONVENENTE, sob pena de rescisão do ajuste:

- I - utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos e eventuais juros e correções monetárias, em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;
- II - pagar, a qualquer título, a servidor ou empregado público integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta;
- III - celebrar contrato, convênio ou outro tipo de parceria com entidades impedidas de receber recursos federais; e
- IV - subdelegar as obrigações assumidas por meio do presente Termo de Outorga.

CLÁUSULA NONA – DA CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS

O CONVENENTE deverá observar, quando da contratação de terceiros para execução de obras, serviços ou aquisição de bens com recursos do CFBio vinculados à execução do objeto deste Termo de Outorga, as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 17 de junho de 2002, Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e demais normas federais pertinentes às licitações e contratos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO TERMO DE OUTORGA

Este Termo de Outorga poderá ser alterado por termo aditivo mediante proposta do CONVENENTE, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao CONCEDENTE para análise e decisão, no prazo mínimo de

[Assinatura]

60 (sessenta) dias antes do término da vigência, vedada a alteração do objeto aprovado.

Parágrafo primeiro - Nos eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto, deverá o CONVENENTE demonstrar a respectiva necessidade e os benefícios que se pretende agregar ao Projeto, cuja justificativa, uma vez aprovada pela autoridade competente do CONCEDENTE, integrará o Projeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas final do presente Termo de Outorga será formalizada pelo CONVENENTE ao término do objeto, devendo ser encaminhados, ao CONCEDENTE no prazo de até 60 (sessenta) dias após o encerramento da vigência deste Instrumento, os seguintes documentos:

- a) Relatório de cumprimento do objeto com a indicação, quando for o caso, da relação de bens produzidos ou construídos, relação de treinados ou capacitados e relação de serviços prestados;
- b) Relatório físico-financeiro;
- c) Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver. Caberá ao CONVENENTE promover a prestação de contas referente à aplicação e execução orçamentária e financeira dos recursos oriundos deste Termo de Outorga juntamente com sua Prestação de Contas Anual aos Órgãos de Controle.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Termo de Outorga, o CONVENENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade concedente, obriga-se a recolher:

I - o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado, ainda que não tenha havido aplicação, informando o número e a data do Termo de Outorga;

II - o valor total transferido pelo CONCEDENTE, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:

- a) quando não for executado o objeto do Termo de Outorga, excetuada a hipótese prevista no art. 59, § 2º, da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, em que não haverá incidência de juros de mora, sem prejuízo da restituição das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas;
- b) quando não for apresentada a prestação de contas no prazo fixado neste instrumento; e
- c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Termo de Outorga.



Parágrafo segundo. A contar da denúncia ou rescisão do instrumento, o CONVENIENTE providenciará o imediato cancelamento de empenhos e devolverá o saldo remanescente ao CONCEDENTE, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE

A eficácia do presente Termo de Outorga fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, a qual deverá ser providenciada pelo CONCEDENTE no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

Parágrafo primeiro. Será dada publicidade no Portal Transparência aos atos de celebração, alteração, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente instrumento.

I - disponibilizar, em seu sítio eletrônico na internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato deste Termo de Outorga, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento na aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - todas as comunicações relativas a este Termo de Outorga serão consideradas como regularmente efetuadas quando realizadas por meio eletrônico e confirmada, exceto quando a legislação regente tiver estabelecido forma especial;

II - as mensagens e documentos resultantes decorrentes de eventual transmissão eletrônica, não poderão constituir-se em peças de processo e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento do documento eletrônico;

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Outorga, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados; e

IV - as exigências que não puderem ser cumpridas em meio eletrônico deverão ser supridas através da regular instrução processual e presencial.

V- os casos omissos e as dúvidas porventura existentes serão resolvidos mediante entendimento entre os partícipes de forma expressa.

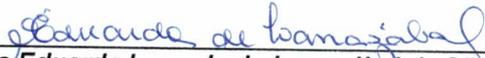
aplicar
JS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

As partes elegem o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal para solução de qualquer controvérsia oriunda do presente Termo de Outorga.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 2(duas) vias de igual teor e forma para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

Concedente:



Maria Eduarda Lacerda de Larrazábal da Silva
Presidente do CFBio
CRBio 019194/05-D

Conveniente: 

YAMILE BENAION
ALENCAR:44470061204
Yamile Benaion Alencar
Presidente do CRBio-06
CRBio 16288/06-D

Análise digitalizada por YAMILE BENAION ALENCAR 44470061204
DN: CN=, O=CP-Brasil, OU=Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e CPF A1,
OU=SECRETARIA NACIONAL DE FISCALIDADE DO CONTRIBUÍDO DO RENDIMENTO, CN=YAMILE BENAION
ALENCAR 44470061204
Resolução: em nome e presença e a integridade deste documento
Assinatura em: 2024/08/15 14:58:31-0400
Faltou Resol. Verba: 10.1.0

Testemunha 01



Testemunha 02